

RESISTÊNCIA E LUTA: A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS NEGROS NA CRIAÇÃO DE LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

RESISTANCE AND FIGHTING: THE INFLUENCE OF BLACK MOVEMENTS IN THE CREATION OF LAWS AND PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL

Fernando Barbosa Campos¹

RESUMO

O presente artigo busca demonstrar a influência dos Movimentos Negros Brasileiros na criação/elaboração de programas sociais, políticas públicas e leis no âmbito educacional e a colaboração desses atos para reduzir a desigualdade social dos negros em nossa sociedade. Para tal, demonstrará a difícil trajetória dos negros em nosso país em um breve apanhado histórico, juntamente demonstrará que a luta pela igualdade social travada pelos Movimentos Negros Brasileiros, mesmo que de maneira tímida, começou logo após a abolição da escravidão e se perdura até os dias atuais.

Palavras-chave: Movimentos Negros; Políticas Públicas Educacionais; Escravidão.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the influence of Brazilian Black Movements in the creation / elaboration of social programs, public policies and laws in the educational field and the collaboration of these acts to reduce the social inequality of the blacks in our society. In order to do so, it will demonstrate the difficult trajectory of blacks in our country in a brief history, together it will show that the struggle for social equality waged by the Brazilian Black Movements, even in a timid manner, began soon after the abolition of slavery and lasts until the current days.

Keywords: Black Movements; Public Police Education; Slavery.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desconhecer a participação negra na constituição do Brasil é um erro que auxilia a manutenção da desigualdade existente que há entre pessoas negras e brancas. É através da história que podemos entender os processos sociais que resultaram em nossa

¹Advogado e Empresário no Município de Santo Ângelo - RS; Graduado em Direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo - IESA (2014); Pós Graduando em Direito e Processo do Trabalho pela Rede Anhanguera de Ensino, Mestrando do Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS, linha de pesquisa: Direito e Multiculturalismo. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas;,, vinculado ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da URI, Campus Santo Ângelo/RS. Email: fernandob_campos@hotmail.com

realidade sociais. De tal forma, não naturalizamos os ocorridos e podemos agir para mudá-los, afinal a história é feita por mudanças constantes.

Por reconhecerem essa importância, diferentes grupos do movimento negro brasileiro, nas últimas décadas, buscam a inclusão de material sobre a história africano e afro-brasileira nas escolas. Ao conhecer sua própria história, a qual se relaciona profundamente com a do país, a juventude negra poderia reconhecer seu lugar e alterá-lo se for preciso.

Por percebemos a importância da História, acreditamos que seja igualmente importante a conhecermos. Por isso, objetivamos, no presente artigo, abordar a História do movimento negro e sua importância para a transformação social brasileira. Acreditamos que poderemos de tal forma conhecer sua origem, seus objetivos e ações no presente e futuro. Ao perpassar a História de tais atores sociais, acreditamos que iremos aprender igualmente sobre a história nacional, como seus avanços e retrocessos.

Para tal, é preciso que iniciamos no período escravista brasileiro. Embora muito tenha se escrito sobre a época, o material que coloca devidamente pessoas negras como atores sociais, não somente objetos, ainda não é maioria. Desejamos, portanto, retornar brevemente ao período para compreendermos a época através das realizações de pessoas negras. Isso permitirá entender a estrutura social após Abolição, a mesma influencia a constituição do primeiro momento do movimento negro durante a Primeira República. Seguiremos, então, para um levantamento sobre as diferentes organizações negras e sua influência e como foi influenciada pelo período história em que participou.

Por fim, desejamos tratar sobre a atuação do movimento negro em dois campos: criação de ações afirmativas universitárias e mudanças nas diretrizes curriculares para o ensino básico. Entre diferentes mudanças sociais que foram realizadas através da atividade movimento, acreditamos que essas duas, no campo educacional, nos permitem compreender os objetivos do mesmo. Em conjunto, essas mudanças identificam como é preciso conhecer a história de nossa sociedade e, ao mesmo, tempo modificá-la.

I - ESCRAVIDÃO: RESISTÊNCIA E LUTA

A escravidão iniciada durante o século XV, e somente finalizada no século XVIII, resultou em milhões de pessoa retiradas de sua região, situações violentas e

diferentes tentativas de resistência a esse sistema. Não seria possível ter dimensão sobre o tamanho e importância da exploração escravista sem considerar o número de pessoas forçada a fazerem a transição para a América.

É impossível ter números exatos, já que depende da documentação de comerciantes, tendo muitos se perdido com o tempo. Contudo, pesquisadores, da Universidade de Emory em conjunto com outras universidades, buscam compilar os dados através do site *Slave Voyages*. Detalham a descoberta de 36 mil viagens de navios traficantes, sendo o número de homens e mulheres africanos transportados estimados aproximadamente 12,5 milhões. Desses números, é possível dividir entre os principais países recebedores, como na tabela abaixo:

Tabela 01 – Números de pessoas traficadas por países de destino e temporalidade

	Espanha Uruguai	Portugal / Brasil	Grã- Bretanha	Países Baixos	EUA	França	Dinamarca	Totais
1501- 1550	31.738	32.387	0	0	0	0	0	64.125
1551- 1600	88.223	121.804	1.922	1.365	0	66	0	213.380
1601- 1650	127.809	469.128	33.695	33.558	824	1.827	1.053	667.894
1651- 1700	18.461	542.064	394.567	186.373	33.27	36.608	26.338	1.207.738
1701- 1750	0	1.011.143	964.639	156.911	37.281	380.034	10.626	2.560.634
1751- 1800	10.654	1.201.860	1.580.658	173.103	152.023	758.978	56.708	3.933.984
1801- 1850	568.815	2.460.570	283.959	3.026	111.395	203.890	16.316	3.647.971
1851- 1900	215.824	9.309	0	0	476	0	0	225.609
Totais	1.061.524	5.848.265	3.259.440	554.336	305.326	1.381.403	111.041	12.521.335

Fonte: Slave Voyages, 2018

A partir dos números, podemos perceber como o Brasil foi o país responsável por quase metade do tráfico realizado. Durante quase todos os períodos que escolhemos de apresentação, grupos de 50 anos, o Brasil lidera. Notável é o período entre 1801 até 1850. Ao comparar com outros países, os quais tiveram uma queda considerável quantitativo, o Brasil dobrou seu número. Frente a perceptível mudança da aceitação da escravidão, traficantes e latifundiários brasileiros buscaram garantir o máximo de viagens possíveis.

Através dos estudos de Manolo Florentino, Alexandre Ribeiro e Daniel Silva (2004), podemos perceber como o tráfico é determinado pela economia brasileira. Enquanto o porto da Bahia perde importância com a decadência do açúcar, o porto do Rio de Janeiro aumenta o recebimento de pessoas traficadas devido à descoberta do ouro e a expansão da produção de café. Isso é o demonstrativo de como o Brasil dependia da exploração de pessoas africanas, e descendentes, para a manutenção de sua economia.

Outra possibilidade de percebermos a dimensão da importância é o tamanho populacional referente ao total. Como Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006, pag. 66) afirmam:

No início do século XIX, o Brasil tinha uma população de 3.818.000 pessoas, das quais 1.930.000 eram escravas. Em algumas partes do Brasil, o número de escravos chegou a superar o número de pessoas livres. Em 1872, no município de Campinas, São Paulo, então grande produtor de café, a população escrava era de 13.685 pessoas, enquanto a livre era de 8.281 pessoas. Até meados daquele século, quando foi abolido o tráfico, a maior parte dos escravos era nascida na África. Para se ter uma ideia, os africanos representavam 63 por cento da população escrava de Salvador. No Rio de Janeiro, os nascidos na África constituíam cerca de 70 por cento.

Frente a tão importantes números, é preciso saber a realidade dessas pessoas, as quais correspondiam pelo menos metade da população em grande parte das regiões. Primeiramente, no imaginário social a escravidão é associada normalmente com grandes engenhos de açúcar. Embora não seja errôneo a importância dos latifúndios, a escravidão era um sistema generalizado, tendo participação de toda a sociedade, tendo pessoas de diferentes poderes aquisitivos tinham pessoas escravizadas. Portanto, “pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas uma que possuía escravos” (Albuquerque e Fraga Filho, 2006, pag. 68).

Nos engenhos, era característico o trabalho na plantação. A administração era realizada pelo latifundiário e um pequeno número de funcionários que eram responsáveis por manter ordem. Importante apontar que isso não significa somente violência física, a qual era usada em abundância, mas também incentivos para o trabalho. Nesse caso, os senhores agiam de forma paternalista, na qual boas ações eram recompensadas, com dinheiro ou comida, enquanto desobediência era punida. É essa caracterização que resultou na percepção de que pessoas negras eram infantis e não gostariam de trabalhar, logo precisavam de supervisões.

As pessoas escravizadas eram obrigadas a trabalhar, em média, 16 a 18 horas por dia, sendo também responsável pela organização do seu espaço e alimentação. De tal forma, o tempo de descanso era escasso, o que resultou em diversas mortes prematuras devido à exaustão, que resultou em 6% total das mortes em engenhos durante o século XIX. Isso aliado a taxa de nascimento baixa, resultava em constante compra de novas pessoas escravizadas, o que mantinha o comércio rentável para comerciantes.

Como Albuquerque e Fraga Filho (2006) apontam, diferentes formas de resistência eram realizadas nos latifúndios. As mais conhecidas eram as revoltas e fugas, porém o simples ato de não trabalhar ou fazer de forma lenta eram alternativas a tentativa de transformar pessoas em máquinas de trabalho. No caso feminino, muitas realizavam abortos ou infanticídios, frente a alternativa de ter um filho escravizado.

Já após a descoberta do ouro, quantidade considerável de pessoas escravizadas foram transportadas para o trabalho nas minas. Nesses espaços, havia forte fiscalização de capatazes, pelo medo de que as pessoas conseguissem contrabandear algo que conseguissem minerar. Independente da fiscalização, diferentes pessoas conseguiram salvar parte do que conseguiam, o que poderia ser utilizado para compra de alforria. Muitas mulheres negras foram obrigadas a partir de bordeis, os quais atendiam homens que buscavam fazer riqueza no local(Costa, s/n).

Em outros espaços, o trabalho era realizado de diferentes formas. No Sul, pessoas escravizadas eram responsáveis pelo transporte de bois e de cargas. Em outras regiões, pelos problemas de abastecimento, eram responsáveis pelo transporte de água de espaços públicos para as residências. Nas cidades, pessoas escravizadas poderiam atuar em diferentes áreas, como pedreiros, carpinteiros, marinheiros, canoeiros, carroceiros, sapateiros, barbeiros, alfaiates, ferreiros, costureiras, parteiras, enfermeiras,

entre outras. Basicamente, eram trabalhadores que sustentavam a cidade. Em geral, esses empregos eram destinados a tal grupo, por que trabalhos manuais eram considerados degradantes para brancos. Diversas vezes, esses empregos não eram fixos, sendo a mão-de-obra flexível e dinâmica.

Sobre essa dinâmica, Albuquerque e Fraga Filho (2006, pag. 84) descrevem:

O escravo urbano passava a maior parte do tempo longe das vistas dos senhores, trabalhando nas ruas, portos e construções. Desfrutava de uma liberdade de movimento bem maior do que seu parceiro do campo. Os escravos de ganho faziam alguns serviços nas casas dos senhores e iam para as ruas em busca de trabalho. Alugavam seu tempo a um e a outro, e ao final do dia ou da semana deviam entregar uma determinada soma a seu senhor ou senhora. (...) Os escravos de ganho e aluguel, que exerciam seus serviços na rua, muitas vezes moravam fora da casa do senhor. Geralmente habitavam os sótãos ou os subsolos dos sobrados, chamados lojas.

Isso não significa que as pessoas escravizadas tinham liberdade. Eram constantemente vigiadas por forças policiais, as quais foram organizadas e aprimoradas para a garantia de que esses não fugissem ou rebelassem. Diferentes leis limitavam as ações possíveis para as pessoas escravizadas, entre elas, poder andar a noite, a qual só poderia ser realizada se tivesse documentação ou acompanhado. As pessoas brancas temiam e vigiavam pessoas escravizadas constantemente por essas poderem circular constantemente pela cidade. Havia o medo constante de que houvesse revoltas, o que resultou em um nível de paranoia constante.

Não seria sem motivo a consideração pelas revoltas, já que foram nos centros urbanos que ocorrem os principais motins. Foi também nesse espaço que avançou as medidas que resultaram na Abolição em 1888. Desde o início do século XIX, a opinião mundial sobre a escravidão modificou, sendo principalmente exemplificada pelo empenho do governo inglês pelo fim do tráfico². A elite brasileira, principalmente, era resistente a soltura das pessoas escravizadas, justificavam pela impressão da derrocada econômica do país se isso ocorresse. Todavia, o fim do tráfico, 1850, demonstrou que não haveria alternativas a longo prazo, já que a natalidade era baixa e a mortalidade era alta entre pessoas escravizadas.

Usualmente, o período abolicionista é associado a pensadores e políticos, usualmente brancos, que realizaram campanha contra. Embora sua participação tenha

² Reconhecemos que havia incentivos econômicos para a Inglaterra, porém não consideramos que seja um ponto válido a ser discorrido no presente artigo.

valor, muito tem se ignorado sobre como a atitude de pessoas escravizadas antecederam o fim da escravidão através de diferentes atitudes. Como Albuquerque e Fraga Filho (2006, pag. 175) relatam:

As duas últimas décadas que antecederam a abolição foram marcadas pelo aumento das fugas e do número de quilombos em todo o Brasil. Veremos que, nesses atos de rebeldia, escravos e escravas agiram avaliando as possibilidades do momento, tirando proveito da crescente desmoralização da escravidão e do sentimento antiescravista que crescia entre a população livre. Procuraram também explorar as possibilidades abertas pela legislação imperial disputando na justiça o direito à liberdade.

Ao ignorar as ações realizadas pelas pessoas escravizadas e populares, os quais auxiliaram com campanhas nas ruas, como impedir que a pessoa fugida fosse levada de volta a fazenda que saiu, ignora-se igualmente o único movimento popular vitorioso no país. Mário Maestri (2012) relata como o próprio movimento negro ignora a importância da abolição, considerada somente uma alteração de lei realizada pela Princesa que nada mudou sobre a realidade brasileira. Decorrente de diferentes estudos do meio do século XX, realizado por pesquisadores brancos, os quais ignoram o movimento popular em nome de uma visão institucional do período, o movimento buscou novas significações, como a morte de Zumbi em novembro.

É preciso que se tenha uma releitura do período, onde possa ter uma nova percepção da importância do movimento e atores sociais relevantes. Nesse período, há uma busca da desvalorização do movimento popular negro, pelo próprio apagamento da história. Em conjunto com as transformações da época, há uma tentativa de desvalorização de tal efeito histórico. Entre as mudanças, está a tentativa de mudar a constituição demográfica do país pelo governo.

Antes do fim da escravidão, se iniciou a política de imigração que continuaria até 1930, no fim da Primeira República. O governo investiu e fomentou a vinda de famílias europeias, principalmente germânicas, para o país. Haveria, de tal forma, a troca de mão de obra, de pessoas negras por brancas – a qual eram consideradas superiores. Igualmente, havia a rejeição de muitos latifundiários de pagarem salários a pessoas os quais foram obrigadas a realizar de graça no passado próximo. Tal troca objetivava o branqueamento da nação, o que permitiria que a mesma avançasse, já que a mestiçagem e presença negra eram vistos como empecilhos (Seyferth, 2002).

Esse é um dos exemplos da forma como o governo percebia a população negra recém-liberta para Carlos Hasenbalg (2005). O autor, após perpassar diferentes

interpretações sociológicas sobre os efeitos psicológicos da escravidão, trata do período histórico seguinte. No qual, o autor aponta os mesmos pontos que Seyferth (2002) sobre como a imigração foi uma forma de diminuir a porcentagem negra populacional.

O autor também analisa os dados sobre educação e empregabilidade da população negra em comparação com a branca. A partir disso, o autor faz apontamentos importantes. Primeiramente, o autor aponta que há pesquisadores, como Florestan Fernandes, que acreditavam que a desigualdade era resultado de preconceitos resultantes do sistema escravista. Logo, quando o Brasil industrializasse e desenvolvesse seu capitalismo, o preconceito acabaria e a desigualdade entre raças igualmente, afinal as pessoas mais competentes seriam escolhidas, afinal somente o ganho monetário importa no capitalismo.

Hasenbalg demonstra que o contrário, o sistema capitalista e o racismo se complementam. Como ele próprio aponta:

Concluiu-se que a industrialização não elimina a raça como critério de estruturação das relações sociais, nem elimina a subordinação social das minorias raciais. Embora a industrialização e o desenvolvimento econômico possam diminuir o grau das desigualdades raciais, a posição relativa dos grupos raciais na hierarquia social não é substancialmente alterada. (Hasenbalg, 2005, pag. 173)

O autor, complementa, que não é simplesmente a escravidão que manteve a desigualdade racial, afinal a maioria das famílias brasileiras iniciaram na mesma situação de baixo poder aquisitivo e educacional. Todavia, o aumento educacional e financeiro de famílias brancas cresceram significativamente ao longo das gerações, o que não ocorreu com pessoas negras. O autor aponta como motivo as barreiras educacionais e empregatícias, as quais mantêm o ciclo de pobreza e exclusão. É um demonstrativo de que as consequências da escravidão continuam não pelos feitos do passado, mas como consequências de políticas do presente.

Ao longo dessa seção buscamos conhecer melhor a estrutura da escravidão e suas consequências. O Brasil foi o país onde mais aportaram navios negreiros, demonstrativo da importância da utilização da mão-de-obra escrava. O processo abolicionista teve seu significado invertido, sendo focado na atitude governamental, em vez das diversas atitudes populares que forçaram a realização de tal feito. A continuidade da discriminação e desigualdade demonstram como a questão negra não foi uma prioridade

para o governo, embora, no século XX, tenha utilizado o Mito das Três Raças como explicação da singularidade brasileira. Frente a essa realidade, o movimento negro surge como força política e cultural em busca de alterar a realidade brasileira.

II - OS MOVIMENTOS NEGROS BRASILEIROS

Diferentes períodos históricos resultaram em distintos movimentos políticos, os quais cada um emprega estratégias únicas em busca de auxiliar a luta a favor da população negra. Contudo, antes de nos alongarmos sobre as ações dos grupos, temos que compreender o que entendemos como movimento negro, afinal, em diversos casos, não é um grupo coeso agindo por um único fim.

A definição de Petrônio Domingues (2007, pag.101-102) sobre movimento é:

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.

De tal forma, há uma busca de mudanças política na vivência negra na sociedade brasileira. Embora seja um movimento político, assume, em diferentes momentos, uma face fundamentalmente cultural. Efeito das diferentes exclusões sofridas, como também os distintos momentos de repressão na história nacional.

Para compreender os diferentes movimentos que existiram, utilizaremos a periodização apontado por Domingues (2007). O autor aponta como a primeira fase do movimento organizado o período da Primeira República até o Estado novo, compreendendo desde 1889 até 1937. O período foi marcado pela contínua marginalização do negro no campo político e social. Segundo George Andrews (1991, pag. 32), isso ocorreu por diferentes motivos, como:

Seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus.

Frente a essa realidade, diversos grupos focados em negros surgiram no país, como grêmios, clubes e associações. Eram de cunho principalmente assistencialista, recreativo e/ou cultural, tendo um número considerável de participantes de “homens de cor”, como era expressado na época. Alguns desses grupos atuaram como base de formação de determinadas classes de trabalhadores, como portuário ou ferroviários, constituindo uma espécie de entidade sindical.

Segundo Domingues (2007), simultaneamente, surgiu a imprensa negra, jornais publicados por negros e focados para tratar suas questões. Atuavam como imprensa alternativa, tendo informações que não era possível obter por jornais tradicionais, os quais destinavam somente na população branca. Os jornais focavam nas problemáticas que afetavam a população negra em diferentes âmbitos, como habitação, educação, saúde. De tal forma, tornaram-se uma tribuna privilegiada para discutir soluções concretas para o racismo brasileiro.

Também atuavam como veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que havia em diversas cidades, as quais impediam pessoas negras de ingressar em certos espaços, como hotéis, cinemas, restaurantes, clubes e certas escolas, ruas e praças públicas. O movimento negro organizado, nesse momento, era desprovido de caráter explicitamente político, não tendo um programa definido e projeto ideológico mais amplo (Domingues, 2007).

O movimento sobre mudança quando, em 1931, é constituído a Frente Negra Brasileira (FNB), em São Paulo. A FNB foi a entidade negra mais importante do país na época, tendo delegações e grupos homônimos em diversos estados, conseguindo criar um movimento de massa, tendo ultrapassado 20 mil associados. A organização desenvolveu um alto nível organizacional, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico. Também oferecia serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, e publicaram o jornal A Voz da Raça. Importante ressaltar a importância das mulheres negras, as quais eram o maior contingente e o mais assíduo.

Em 1936, transformou-se em um partido político, o qual pretendia angariar os votos negros, tendo um programa ideológico autoritários e nacionalista, como muitos da época nazifascista. Com o início do Estado Novo, o partido, como todos os outros, foi

extinto. O movimento foi esvaziado, tendo a afirmação racial focado no culto à Mãe-Preta e uma das principais palavras de ordem era a defesa da Segunda Abolição.

Após o fim da Ditadura varguista, em 1945, inicia-se o segundo momento do movimento, o qual durou até o início da Ditadura Civil-Militar, iniciada em 1964. O escopo dos protestos aumentou, todavia não teve o mesmo poder de aglutinação do anterior. Os motivos para o aumento, segundo Antonio Guimarães (2002, p. 88), foram:

Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população “de cor” continuava marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência.

Um dos principais grupos da época foi a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em Porto Alegre, em 1943. O grupo anunciou, no primeiro artigo de seu estatuto, que sua finalidade era a elevação do nível econômico e intelectual das pessoas negras, assim poderiam ingressar na via social e administrativa do país. A organização tinha uma estrutura organizacional complexa e teve alta expansão, tendo, até o fim da década, representantes em pelo menos 10 estados. Sua atuação era marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação jornalísticas própria, assistência jurídica e média, aulas de alfabetização, ações voluntárias e participação em campanhas eleitorais. Com o início da ditadura, em 1964, a UHC arrefeceu como diferentes grupos sociais.

Outro grupo importante, oriundo da época, foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944. Liderado por Abdias do Nascimento, o grupo teatral composto somente por negros surgiu com objetivo artístico, porém adquiriu caráter mais amplo. Defendiam os direitos civis de negros na qualidade de direitos humanos, por isso propunham a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país.

O grupo publicou o jornal Quilombo, realizou cursos de alfabetização, de corte e costura, realizou a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe e o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro. Como também fundou o Instituto Nacional do Negro, transformado em Museu do Negro, e organizou o I Congresso do Negro Brasileiro.

O grupo trouxe ao país as propostas do movimento da negritude, conceito de Aimé Césaire (1950), o qual apontava para uma experiência internacional de exploração de pessoas negras. Com a Ditadura Civil-Militar, o movimento igualmente perdeu força, principalmente com o auto-exílio de Abdias de Nascimento, o principal dirigente. Isso não diminuiu a importância do TEN, afinal, como Lélia Gonzáles (1982, pag. 24) aponta, a organização “significou um grande avanço no processo de organização da comunidade [negra]”.

É importante salientar que o movimento negro esteve isolado politicamente nesse período, não tendo apoio de forças política de direita ou esquerda. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, recusou apoiar lei antidiscriminatória, em 1946, criada pelo senador Hamilton Nogueira (UDN). Para o partido, as reivindicações específicas dos negros eram equivocadas por dividir a luta dos trabalhadores, logo retardariam a marcha da revolução socialista no país.

Par Domingues, (2007), a terceira fase do movimento negro se inicia durante a Ditadura Civil-Militar, em 1978, tendo a duração continuada durante o processo de redemocratização da República Nova. No início da Ditadura, diferentes líderes negros foram perseguidos por supostamente criarem um problema inexistente no Brasil, o racismo. De tal forma, a discussão pública da questão racial foi praticamente banida por anos.

Frente a essa situação somente em 1978, ressurgiu um movimento negro organizado à cena política com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Como indicado por Amílcar Pereira (2010), a convocatória para o protesto contra o racismo, durante a Ditadura, foi um ato transformatório, afinal foi um enfrentamento ao regime vigente. Devido a sua relevância, foi motivo de atenção nacional, o que auxiliou a consolidação de sua importância e validade.

No plano externo, o movimento se inspirou na luta pelos direitos civis dos negros estadunidenses e pela libertação dos países africanos. Tais influências contribuíram para o MNU ter assumido um discurso radicalizado contra a discriminação racial.

No plano interno, o embrião da organização foi o pensamento marxista, de orientação trotskista, a Convergência Socialista. Foi a escola de formação política e ideológica de diversos líderes da época. Para muitos, a luta anti-racista deveria ser

combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Já que o capitalismo alimentava e se beneficiava do racismo, portanto, somente com a derrubada desse sistema e, conseqüentemente, a construção de uma sociedade igualitária para a superação do racismo.

A Convergência Socialista publicou o jornal chamado Versus, o qual havia coluna, intitulada Afro-Latino América. Nesse espaço, o núcleo socialista negro escreveu artigos conclamando à “guerra” revolucionária de combate ao racismo e ao capitalismo. Segundo Michael Hanchard (2001, pag. 148):

Pela primeira vez no Brasil a defesa de uma posição quanto à raça e à classe não foi marginalizada pela intelectualidade afro-brasileira e, na verdade, passou a suplantiar os modelos conformista e assimilacionista como postura dominante do movimento negro.

Entre as reivindicações “mínimas” apresentadas no Programa de Ação, de 1982, do MNU, estavam: (a) desmistificação da democracia racial brasileira; (b) organização política da população negra; (c) transformação do Movimento Negro em movimento de massas; (d) formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; (e) organização para enfrentar a violência policial; (f) organização nos sindicatos e partidos políticos; (g) luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares e, por fim, (h) apoio internacional contra o racismo no país (Domingues, 2007).

Podemos perceber a amplitude das reivindicações e de como atuam em diferentes áreas. A desmistificação da democracia é um trabalho cultural que atua na representação da realidade, por exemplo, enquanto outros pedidos são na área socioeconômica. O movimento reconhecia a importância de atuar em diferentes eixos sociais para a possibilidade de melhoria da vida das pessoas negras no país.

Para Domingues, essa atuação denota a importância do movimento. O autor afirma:

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro. (Domingues, 2007, pag. 114)

Algumas mudanças realizadas pelo movimento foram no campo simbólico. Como, por exemplo, o culto da Mãe Preta, visto como símbolo da passividade do negro, foi execrado. Já o dia 13 de maio, dia da comemoração da abolição, transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. O movimento do MNU passou a ser celebrado no dia 20 de novembro, data presumida como dia da morte de Zumbi dos Palmares. A data, igualmente, foi selecionada como Dia Nacional de Consciência Negra.

É nesse período que o MNU despojou o termo negro de sua conotação pejorativa, adotando oficialmente como designação para todos os descendentes de africanos escravizados no país. O termo homem de cor foi praticamente proscrito frente a utilização com orgulho da definição de negro pelos ativistas.

Nas palavras de Domingues (2007), o movimento se “africanizou”. O discurso sobre negritude e o resgate das raízes ancestrais norteou o comportamento da militância. O qual buscou uma literatura negra, a qual não tinha espaço perto da predominância maciça da literatura europeia, como também de elementos estéticos “africanos”, como roupas, estilos de cabelo e culinária.

Outro campo percebido como fundamental, pelo movimento, foi o educacional. As demandas eram por capacitação professoral para o desenvolvimento e uma pedagogia interétnica, revisões dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos e adição de conteúdo. Nesse caso, o requisito é por revisão sobre o ensino do papel do negro na história e pela inclusão do ensino da África nos currículos escolares.

Todavia gostaríamos de finalizar com uma tabela criada por Domingues (2007), a qual nos permite compreender cada fase do movimento organizado que houveram no país. A tabela segue abaixo:

Tabela 01 - Quadro comparativo da trajetória do movimento negro na República

Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889-1937)	Segunda Fase (1945-1964)	Terceira Fase (1978-2000)
Tipo de discurso racial predominante	Moderado	Moderado	Contundente
Estratégia cultural de “inclusão”	Assimilacionista	Integracionista	Diferencialista(igualdade nadiferença)

VI CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Principais princípios ideológicos e posições políticas	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “direita”, nos anos 1930	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “centro” e de “direita”, nos anos 1940 e 1950	Internacionalismo e defesa das forças políticas da esquerda marxista, nos anos 1970 e 1980
Conjuntura internacional	Movimento nazifascista e pan-africanista	Movimento da negritude e de descolonização da África	Afrocentrismo, movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e de descolonização da África
Principais termos de auto-identificação	Homem de cor, negro e preto	Homem de cor, negro e preto	Adoção “oficial” do termo “negro”. Posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e “afro-descendente”
Causa da marginalização do negro	A escravidão e o despreparo moral/educacional	A escravidão e o despreparo cultural/educacional	A escravidão e o sistema capitalista
Solução para o racismo	Pela via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa	Pela via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa	Pela via política (“negro no poder!”), nos marcos de uma sociedade socialista, a única que seria capaz de eliminar com todas as formas de opressão, inclusive a racial
Métodos de lutas	Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos “cívicos” e publicação de jornais	Teatro, imprensa, eventos “acadêmicos” e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país	Manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional
Relação como “mito” da democracia racial	Denúncia sistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia sistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia sistemática do “mito” da democracia racial
Capacidade de mobilização	Movimento social que chegou a ter um caráter de massa	Movimento social de vanguarda	Movimento social de vanguarda
Relação com a “cultura negra”	Distanciamento frente a alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Ambigüidade valorativa diante de alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Valorização dos símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana, sobretudo o candomblé)
Como concebiam o fenômeno da mestiçagem	De maneira positiva (discurso pró-mestiçagem)	De maneira positiva (discurso pró-mestiçagem)	De maneira negativa (discurso contra a mestiçagem)

VI CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Dia de reflexão e/ou protesto	13 de maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	13 de maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	20 de novembro (dia de comemoração da morte de Zumbi dos Palmares)
Principais lideranças	Vicente Ferreira, José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos	José Bernardo da Silva, Abdias do Nascimento	Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez

Fonte: Domingues (2007)

É perceptível que parte de como lidamos com a história e cultura negra atualmente é devido ao movimento liderado pelo MNU nas últimas décadas. Dentre as possibilidades apresentadas, desejamos focar, na próxima seção, nas mudanças educacionais decorrentes da atuação do movimento negro.

III - AS MUDANÇAS EDUCACIONAIS

Ao tratarmos de conquista do movimento negro na educação, usualmente se associa a implementação de cotas nas universidades públicas. Embora essa seja uma das maiores conquistas, não é a única. Por isso, acreditamos que seja válido ressaltarmos conquistas em diferentes campos, para tal abordaremos não somente as cotas, como as mudanças curriculares.

Iniciamos com a sanção da Lei n. 10.639, em 2003, a qual alterou a Lei n. 9.394/96, - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A lei transformava em obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. A lei descrita informava:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Em simples parágrafos, o governo confirmou a validade da luta realizada por anos pelo movimento negro. O resultado da mudança de ensino não ocorreu automaticamente, afinal não havia material ou professores capacitados para tal, ainda hoje, ainda é perceptível como não há a inserção pretendida no início. Todavia a abertura

de um caminho legal para tal é uma conquista, a qual muitos se validarão para práticas educacionais futuras.

Como foi tratado na seção anterior, há uma atenção especial a educação pelos movimentos organizados. É perceptível ao longo dos trabalhos que analisaram a mudança legislativa, a importância que o movimento negro teve para tal. Foi reafirmado por diferentes autores, como o ensino era considerado racista e como o movimento entendia que a continuidade de tais representações teria efeitos negativos sobre os jovens negros (Bakke, 2008; Rosemberg, Bazilli e Silva, 2003). Sales Santos (2010, pag. 23), ao rever a luta realizada, afirma:

[...] ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. Parte desta reivindicação já constava na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, que foi promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 04 de setembro de 1950, portanto, há mais de meio século.

Diferentes artigos e apresentações foram realizadas sobre mudanças advindas da lei, a maioria avaliou a mudança nos livros didáticos. Pela dificuldade de análise sobre como ocorre na sala de aula, a maioria dos estudos se centraram nos livros, os quais permitem que saibamos o que se espera que seja ensinado. Embora isso não indique como o professor ensinou, ou até mesmo se ensinou, permite que conheçamos como o mesmo está sendo aplicado.

Os artigos, embora variem de objeto de análise ou temporalidade, apresentam resultados próximos. A partir do levantamento realizado pelos próprios autores, é possível perceber como havia a falta de ensino sobre história africana. Quando havia capítulos sobre a África, usualmente era somente um, o qual correspondia a séculos em tão poucas páginas (Oliva, 2008). Igualmente, a África que abordava usualmente era no período Antigo, o qual podia ser apresentado a partir de representações negativas sobre a África contemporânea, consequentemente influenciando a percepção até mesmo antes do início do ensino (Alves e Barbosa, 2012).

A centralidade do ensino da África somente no período Antigo, também é afetado pela falta de especificações. Enquanto o ensino europeu diferentemente os diferentes

povos, os quais auxiliam os alunos a compreender a constituição de nações no futuro, o ensino africano não dispõe dessa possibilidade. Usualmente, o ensino é homogêneo e supérfluo, muitas vezes se utilizando de termos e conceitos europeus. Há também a concentração em poucos reinos, como o Egito, Império de Mali e Reino de Gana.

Quando se analisa o ensino sobre história dos negros brasileiros, é perceptível a concentração em informações sobre a escravidão. Ao tratar da escravidão, há uma contínua relação entre pessoas negras com violência, ignora-se a possibilidade de resistência e vitória final. De tal forma, pessoas negras são associadas a elementos representativos negativos, por que não há participação em outros momentos históricos.

Quando abordamos o ensino de História, não é sobre justiça com o passado, é sobre a vivência dos alunos e é preciso que atue de uma forma a alcançar a justiça social. Elisabeth Borges (2010) afirma que o dever das escolas é a formação da identidade da criança a partir de três princípios: (a) consciência política e histórica da diversidade; (b) fortalecimento de identidade e de direitos; por fim, (c) das ações educativas e de combate ao racismo e às discriminações. Borges (2010, pag. 75-76) resume bem o que cada um dos princípios significa:

O princípio da consciência política e histórica da diversidade conduz à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e histórias próprias igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, a sua história.

O princípio do fortalecimento de identidades e de direitos deve orientar o desencadeamento do processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida, e o combate à privação e à violação de direitos.

Finalmente, o princípio de ações educativas de combate ao racismo e às discriminações encaminha a criação de condições para professores e alunos pensarem, decidirem e agirem, assumindo a responsabilidade pelas relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos e contestações, e valorizando os contrastes das diferenças.

É por perceber essa importância que o movimento negro reforça tanto a importância da mudança do ensino. Todavia sem pessoas preparadas para tal e material para ser utilizado, o ensino continua falho e insuficiente para causar a mudança que poderia. Igualmente, sem modificações estruturais, representações são insuficiente.

Considerando que o nível educacional é um dos principais fatores que influenciam a condição econômica de uma pessoa, a melhora educacional resulta em mudança de vida. Obviamente é preciso considerar que isso significa a manutenção do

sistema capitalista, e suas consequentes desigualdades, diferente do que o MNU pretendia, porém é considerado um avanço a participação negra na sociedade existente.

Uma das políticas principais para o aumento a participação negras nas universidades foi ações afirmativas. É possível conceituá-las as ações como:

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural (GEMAA, 2001).

Portanto, o governo, frente a percepção de que um grupo é discriminado e isso resultou em desvantagens, realoca recursos para tal. No caso o governo utilizou cotas, sistema de reserva de vagas para um grupo social. No caso de faculdades estaduais, cada uma escolhe sua política. No caso federal, o governo escolheu a política.

De forma simplificada, as cotas reservam, no mínimo 50% das vagas em universidades públicas federais para alunos que realizaram todo o ensino médio em escola pública. A partir disso, metade das vagas vão para alunos com mais de 1,5 de salário mínimo per capita e o restante vai para alunos de famílias que tenham menos. Em cada um desses polos, pelo menos o mínimo do número de vagas deve ser reservado para Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) a partir da porcentagem de pessoas que se auto identificam como PPI no estado. Portanto, se 10% da população de um estado se identifica como, pelo menos 10% em cada um dos campos financeiros deve ser reservado, já se 80% da população se identificar, logo esse deve ser o mínimo (Eurístenes *et al*, 2016).

A política foi adotada no meio de grande polêmica, onde parte da população acreditou que a política seria discriminatória com brancos. Esse erro se deve, em partes, pela ignorância de que o principal elemento distintivo para ter a vaga seria o estudo em escola pública. Independente da falácia de que o aumento de alunos de baixa renda e negros diminuiria a qualidade da faculdade, continuou-se as políticas. Hoje é considerado um fato incontestável de como as cotas beneficiaram as universidades e a vida de diversas pessoas, ao permitir que tivessem estudo de qualidade de graça, o que

antes era, ironicamente, reservado quase exclusivamente para alunos que puderam pagar escola particular no ensino básico.³

Os números indicam a diferença entre participação de negros e brancos nas universidades públicas⁴. Em 2005, somente 5,5% dos negros estavam em universidade, enquanto 17,8% de brancos ocupavam tal espaço. Esses números sofreram mudança quando revisto em 2015. O número de negros subiu para 12,8%, enquanto de brancos foi para 26,5%. É um demonstrativo da melhora, porém a diferença continua sendo considerável. Demonstrativo de que certas políticas individualizadas não são suficientes.

Há limitações claras da lei, principalmente frente a manutenção da diferença entre negros e brancos, como também a dificuldade de conseguir empregos e igualdade salarial. As cotas, contudo, foram política para lidar com uma das barreiras que havia para negros ingressarem na universidade, o que resultava na manutenção de ciclo de desigualdade.

Isso somente foi possível através da ação do movimento negro, o qual provaram que a democracia racial era uma falsidade que escondia a desigualdade que permeia nossa história. No Brasil, as pessoas conseguem aceitar que existam desigualdades econômicas, porém não raciais. Logo, há a ilusão de que se resolver as diferenças no primeiro campo, de uma forma que não destrua o sistema atual de alguma forma, não haverá problemas raciais. A associação de questões econômicas com raciais não permite que as discriminações sejam apontadas a partir das questões raciais, é somente no campo econômico. Ao demonstrar o erro de tal proposta, o movimento negro destruiu um dos maiores mitos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo, buscamos compreender a origem e importância do movimento negro organizado. Para tal, iniciamos com uma análise da história brasileira

³Segalla, Segalla; Brugger, Mariana e Cardoso, Rodrigo. 2013. Por que as cotas raciais deram certo no Brasil. Disponível em: <https://istoe.com.br/288556-POR+QUE+AS+COTAS+RACIAIS+DERAM+CERTO+NO+BRASIL/>. Acesso em: 26/02/2018

⁴Vieira, Isabela. 2016. Percentual de negros em universidades dobra, mas é inferior ao de brancos. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobra-mas-e-inferior-ao-de-brancos>. Acesso em: 26/02/2016

a partir da escravidão, como sua importância para a constituição da própria nação. É perceptível como não é possível compreender a história nacional sem entender a dimensão da violência e exclusão realizada através da escravização das pessoas. Todavia não é somente isso que marca a história das pessoas escravizadas, mas sim sua resistência e vitória contra o sistema, o qual resultou na abolição. O entendimento da sociedade permite que compreendamos o movimento negro resultado.

Ao nos debruçarmos sobre a história do movimento negro podemos perceber sua variedade, tanto de ideologia quanto de estratégias. Diferentes períodos históricos, permitiram e resultaram em distintas formas de agir atrás do objetivo máximo que foi de melhorar a vida de pessoas negras. Acreditamos que seja importante ressaltar os movimentos, como também seus atores individuais, demonstram que a história foi feita por pessoas, não simplesmente um desenvolvimento natural. Se é possível apontar melhoras quando comparamos com o passado, é por essas pessoas que se dedicaram para tal.

Por fim, focamos nas políticas educacionais, as quais foram percebidas pelo movimento como essenciais para a construção de uma realidade diferente. Tratamos tanto das mudanças curriculares como a reserva de vagas na universidade pública. Os dois casos exemplificam como, para o movimento, é preciso lidar com a discriminação e desigualdade em diferentes frentes. Essas conquistas, como apresentamos, não são perfeitas nem suficientes para terminar com a desigualdade no país, porém são processos importantes para esse fim.

Pudemos perceber a importância do movimento negro organizado, o qual tem suas conquistas, em diferentes vezes, não reconhecidas. Igualmente continua tendo relevância no cenário nacional. Diferentes dados indicam como pessoas negras sofrem maior número de assassinatos (IPEA, 2017), maior número de desemprego e renda menor (IBGE, 2017), maior número de encarceramento (Mapa do Encarceramento, 2015), mulheres negras recebem até mesmo menos anestesia durante o parto por acreditarem que elas resistem mais as dores (Leal et al, 2005). Ainda há muito que se avançar em nosso país, reconhecer a importância do movimento é uma forma de auxiliado nessa busca.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra e Fraga Filho. **Uma história do negro no Brasil. Brasília:** Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES, Márcia de Albuquerque e Barbosa Vilma de Lurdes. **África na Literatura Didática de História a Partir da Lei 10.639/2003.** X Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade E Educação No Brasil”. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa - Anais Eletrônicos, 2012

ANDREWS, George. “O protesto político negro em São Paulo (1888-1988)”, **Estudos AfroAsiáticos**, n. 21, Rio de Janeiro, 1991, p. 32

BAKKE, Rachel. **Do terreiro para as escolas.** 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Brasil, 2008.

BORGES, Elisabeth. **A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica.** Mest. Hist., Vassouras, v. 12, n. 1, p. 71-84, jan./jun, 2010.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. 2015. Mapa do Encarceramento.

CESÁRIE, Aimé. **Discours sur le colonialism.** Editions Presence Africaine, 1950.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo 12.23, 2007.

EMORY UNIVERSITY. Slave Voyages. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/>

EURÍSTENES, Poema; Feres Júnior, João & Campos, Luiz Augusto. **Evolução da Lei nº 12.711 nas universidades federais.** Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, dezembro, 2016, pp. 1-25.

FLORENTINO, Manolo, Alexandre Vieira Ribeiro, e Daniel Domingues da Silva. **"Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)."** Afro-Ásia 31, 2004.

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA. (2011). **“Ações afirmativas”.** Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas>

GONZALEZ, Lélia. **“O movimento negro na última década”.** Lugar de negro, Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (orgs.), Rio de Janeiro, Editora Marcozero, p. 24, 1982.

GUIMARÃES, Antonio. **Classes, raças e democracia,** São Paulo, Editora 34, p. 88, 2002.

HANHCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder. Movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo** (1945-1988). Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2017. Atlas da Violência de 2017.

LEAL, Maria do Carmo, Gama, Silvana Granado Nogueira da, & Cunha, Cynthia Braga da. **Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto**, 1999-2001. Revista de Saúde Pública, 39(1), 100-107, 2005.

MAESTRI, Mário. **1888: A Revolução Abolicionista no Brasil**. Invisível, no 01, 2012.

PEREIRA, Almicar. **O Mundo Negro: A Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil (1970-1995)** [Tese]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia; Bazilli, Chirley e Silva, Paulo. **Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 125-146, 2003.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Uma história esquecida**. A abordagem da África Antiga nos manuais escolares de História: estudos de caso no Brasil e em Portugal (1990-2005). Em Tempo de Histórias, v. 12, p. 184-200, 2008.

SANTOS, Sales Augusto do. A Lei n. 10.639/2003 como fruto da luta anti- racista do Movimento Negro. In.: MEC/BID/UNESCO. **Educação anti- racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, 2017.

SEYFERTH, Giralda. **"Colonização, imigração e a questão racial no Brasil."** Revista usp 53, 117-149, 2002.

Submissão: 20.09.2018

Aprovação: 20.10.2018